ISSN: 2594-6153

Ordenamento da Pesca Esportiva em Sítios Pesqueiros e Reservas de Pesca Esportiva

Patrícia de Oliveira[1], Milena Ramires[1,2]

[1]Universidade Santa Cecília - UNISANTA, Santos-SP, Brasil
[2]Laboratório de Ecologia Humana Unisanta, Santos-SP, Brasil

E-mail: patriciaoliveira15@outlook.com.br

Resumo: A pesca esportiva pode ser um instrumento de desenvolvimento socioeconômico e conservação, principalmente em áreas protegidas, o que depende de documentos técnicos como ferramentas para otimizar a gestão. Este trabalho teve por objetivo analisar a regulamentação da pesca esportiva desenvolvida em Sítios Pesqueiros e Reservas de Pesca Esportiva através da pesquisa documental. Foram identificados 2 Sítios pesqueiros e 2 Reservas de Pesca Esportiva com documentos oficiais de criação, que apresentam normas e diretrizes para desenvolvimento da atividade. Estas áreas representam um avanço no ordenamento da pesca esportiva em área protegida, entretanto, a efetividade na gestão e manejo de áreas protegidas depende do uso de documentos específicos, como um "plano de uso para a pesca esportiva".

Palavras-chave: Plano de uso para pesca esportiva; Documentos de gestão; Turismo de pesca; Gestão de áreas protegidas; Gestão Pesqueira.

Ordering of Recreational Fishing in fishing sites and sport fishing reserves

Abstract: The recreational fishing can be an instrument of socioeconomic development and conservation, especially in protected areas, which depends on technical documents as tools to optimize management. This work aimed to analyze the regulation of sport fishing developed in Fishing Sites and Sport Fishing Reserves through documentary research. 2 Fishing Sites and 2 Sport Fishing Reserves were identified with official creation documents, which present norms and guidelines for the development of the activity. These areas represent an advance in the ordering of recreational fishing in protected areas, however, the effectiveness in the management of protected areas depends on the use of specific documents, such as a "use plan for recreational fishing".

Keymords: Usage plan for recreational fishing; Management documents; Fishing tourism; Management of protected áreas; Fishing Management.

Introdução

A pesca amadora e esportiva no Brasil é uma opção de turismo e lazer em grande desenvolvimento, que gera emprego e renda para o país através de seus diversos segmentos [1]. A pesca amadora pode ser praticada por qualquer pessoa licenciada com a finalidade de lazer e a pesca esportiva é considerada um tipo de pesca amadora onde o pescador pratica a modalidade pesque e solte [2].

ISSN: 2594-6153

No Brasil, as Unidades de Conservação são as áreas protegidas que possuem maior visibilidade, porém, existem outras tipologias com importância para a conservação [3]. Os Sítios Pesqueiros e Reservas de Pesca Esportiva, são áreas legalmente estabelecidas com objetivo de conservação ambiental, destinadas à prática de pesca esportiva. As Reservas de Pesca Esportiva incluem rios, estuários e seus afluentes ou lagos, lagoas e enseadas e os Sítios Pesqueiros compreendem o elemento do sistema hídrico individualmente considerado. Estas áreas contam com apoio legal para ordenamento da atividade, com normas específicas de uso e ocupação determinadas em sua criação, como por exemplo a proibição do uso de petrechos considerados predatórios e a prática da modalidade pesque e solte como obrigatoriedade [4, 5].

A pesca amadora praticada em áreas protegidas requer políticas específicas de ordenamento através de normas e ações que vão além da legislação, é preciso abordar o assunto de maneira multidisciplinar, envolvendo não apenas questões ambientais, mas também culturais, sociais e econômicas, afim de gerenciar conflitos e estabelecer estratégias de manejo participativas [6]. Seu manejo eficaz de modo a garantir o uso sustentável dos recursos naturais, dependem dos documentos técnicos como ferramentas para otimizar a gestão de acordo com seus objetivos e recursos explorados [7].

Objetivos

Este trabalho visa analisar a gestão da pesca esportiva em Sítios Pesqueiros e Reservas de Pesca Esportiva no Brasil através de seus documentos de gestão, visando gerar subsídios que possam contribuir para o manejo e ordenamento desta atividade.

Material e Métodos

Os dados foram coletados através da pesquisa documental [8] através do serviço de busca do Google. Os documentos foram encontrados nos diários oficiais e banco de dados referente a legislação.

Resultados

ISSN: 2594-6153

A busca apontou a existência de 2 Sítios pesqueiros e 2 Reservas de Pesca Esportiva no Brasil através dos documentos oficiais de criação, que apresentam diretrizes e regras para prática da pesca esportiva através de elementos de ordenamento da pesca (tabela 1).

Tabela 1: Elementos de ordenamento abordados nos documentos analisados.

Nome	Documento	Elementos abordados
Reserva de Pesca Esportiva no rio Ivaí (PR)	Resolução SEDEST 12/22	Limites geográficos; pesque e solte obrigatório; lista de espécies protegidas; transporte de espécies; competições.
Reserva Estadual de Pesca Esportiva Rio São Benedito/Rio Azul (PA)	Resolução Coema nº 019/2001	Limites geográficos; pesque e solte obrigatório; lista de espécies protegidas; transporte de espécies; prevê Plano de Manejo Ecoturístico/Uso Público; seleção e capacitação de mão de obra local para atividades de apoio e fiscalização; proíbe o uso de alevinos e juvenis como isca viva; limite de embarcações; Licença Estadual de Pescador Esportivo; locais proibidos; apetrechos proibidos e recomendados; programa de educação ambiental; limite para instalações hoteleiras; fiscalização; conselho gestor; taxa de ingresso;
Sítio Pesqueiro Turístico Estadual Volta Grande do Xingu (PA)	Resolução Coema nº 030/2005	Limites geográficos; pesque e solte obrigatório; lista de espécies protegidas; transporte de espécies; limite de embarcações; selecionar e capacitar a mão de obra local para atividades de apoio e fiscalização; proíbe o uso de alevinos e juvenis como isca viva; licença Estadual e Federal de pescador esportivo; petrechos proibidos e recomendados; prevê plano de gestão; programa de educação ambiental; limite para instalações hoteleiras; fiscalização; taxa de ingresso; estimula a criação de Comitê de Monitoramento e Fiscalização do Sítio Pesqueiro, de associações de condutores; criação de iscas nativas.
Sítio Pesqueiro Estadual do Manso (MT)	Lei 11.486/21	Limites geográficos; pesque e solte obrigatório; petrechos permitidos; pesca de subsistência até 5kg por pessoa com prévio cadastro; demais recomendações para proteção ambiental.

Discussões

Os sítios pesqueiros e reservas de pesca esportiva podem ser ferramentas ideais para o desenvolvimento da pesca esportiva de forma organizada e sustentável, além de uma alternativa econômica para comunidades locais e do próprio município [9]. Internacionalmente também há uma tendência em incentivar a pesca esportiva em áreas protegidas, como os Parques Nacionais, na intenção de valorização da área e desenvolvimento socioeconômico [10].

ISSN: 2594-6153

Entretanto, enquanto área protegida, esses locais devem contar com instrumentos de gestão que apresentem minimamente os elementos de ordenamento das leis federais, como: portar licença de pesca, petrechos permitidos e proibidos, espécies proibidas, tamanhos e limites de captura [2]. Além disso, medidas mais restritivas devem ser adotadas para atender aos objetivos de proteção da área, como licenças específicas para pesca nessas áreas, pagamento de taxas de acesso [11], atividades de educação ambiental, cota zero e zonas de exclusão de pesca [12]. Nas reservas de pesca esportiva e sítios pesqueiros os pescadores praticam o pesque e solte, estratégia amplamente utilizada para a preservação das espécies exploradas, seja pela prática voluntária ou obrigatória [13].

A pesca esportiva turística ocorre em ambientes mais preservados e, neste caso, os esforços de gestão devem ser voltados aos profissionais que trabalham com a pesca e serão multiplicadores das normas e boas práticas [14]. Assim, é importante que o envolvimento de comunidades tradicionais seja garantido nesse processo através do uso do conhecimento tradicional nas atividades de apoio da pesca esportiva [15] e principalmente sejam respaldadas legal e tecnicamente. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã, Amazonas, os pescadores são prioridade na contratação para os serviços da pesca esportiva e são capacitados para tal [16]. O envolvimento dos pescadores esportivos nas tomadas de decisões e sistemas de monitoramento participativos também são estratégias usadas internacionalmente para auxiliar na gestão de áreas protegidas relacionadas a pesca esportiva [11].

Para que essas medidas de manejo e gestão sejam incorporadas em áreas como os sítios e reservas pesqueiras, o Brasil precisa vencer a dificuldade de formulação de instrumentos de gestão em áreas protegidas [17]. Os documentos técnicos de gestão são indispensáveis para o manejo e ordenamento pesqueiro, como o "Plano de Uso para a Pesca Esportiva", que estabelece medidas de manejo específicas para a prática da pesca esportiva embasado na legislação e demandas da comunidade, construído de forma participativa [16].

Conclusões

Os sítios pesqueiros e reservas de pesca esportiva representam um avanço no ordenamento da pesca amadora em área protegida que, além de beneficiar a comunidade, também repele as práticas ilegais e facilita a fiscalização e monitoramento. Entretanto, é fundamental que as normas para a prática da pesca esportiva nessas áreas envolvam todos os elementos de ordenamento previstos na legislação federal, e se possível, sejam mais restritivos,

ISSN: 2594-6153

dada a natureza das áreas protegidas. O documento ideal seria um Plano de Uso para a Pesca Esportiva com normas específicas, que garanta a participação de comunidades tradicionais e pescadores esportivos e que estabeleça sistemas de controle e monitoramento da atividade.

Agradecimentos: As autoras agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

Referências

1. Quiñones-Peraza A, Villegas-Hernández H, Guillén-Hernández S, Poot-López GR. Recreational fishing and angling tournaments in the Yucatan coast (Campeche Bank, Mexico): Social and biological dimensions. Regional Studies in Marine Science. 2023, 61: 102897.
2. Brasil. Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022. Estabelece medidas de ordenamento e monitoramento para o exercício da pesca amadora ou esportiva em todo o território nacional.
3. Leite, AO. A polissemia do termo "área protegida" e os conceitos da CDB e da UICN. Veredas do Direito, Belo Horizonte. 2020, 17(39): 207-241.
4. Pará. Lei nº 6.167, de 07 de dezembro de 1998. Disciplina atividade de pesca esportiva no Estado do Pará, e dá outras providências.
5. Mato Grosso. Lei nº 9.074 de 24 de dezembro de 2008. Disciplina atividade de pesca esportiva no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
6. Gentil E, Machado R, Dantas DV. Pesca esportiva e conservação ambiental: uma interação possível? Qualidade ambiental e conservação da biodiversidade. 2020, 1:147-168.
7. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Práticas inovadoras na gestão de áreas protegidas. IPE-Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2014, 1.
8. Kripka, RML, Scheller M, Bonotto DL. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. Revista de investigaciones UNAD. 2015, 14 (2): 55-73.
9. Fredou T, Filho L, Freitas D, Ferreira P, Souza E, Lopes, SK. Diagnóstico, tendência, potencial, e políticas públicas para o desenvolvimento da pesca esportiva. In book: Diagnóstico da pesca e aquicultura do estado do Pará. Chapter: 4 Publisher: Secretaria de estado de pesca e aquicultura. 2008, 145.
10. Alic E, Trottier LL, Twardek WM, Bennett LL, Chisholm S, Tremblay P, Tuononen E, Bennett JR, Bower SD, Lennox RJ, Danylchuk AJ, Cooke SJ. Recreational fisheries activities and management in national parks: A global perspective. Journal for Nature Conservation. 2021, 59: 125948.
11. Gómez S, Carreño A, Lloret J. Cultural heritage and environmental ethical values in governance models: Conflicts between recreational fisheries and other maritime activities in Mediterranean marine protected areas. Marine Policy. 2021, 129.
12. Moraes KR, Souza AT, Bartoň D, Blabolil P, Muška M, Prchalová M, Randák T, Říha M, Vašek M, Turek J, Tušer M, Žlábek V, Kubečka J. Can a Protected Area Help Improve Fish Populations under Heavy Recreation Fishing? Water. 2023, 15 (4): 632.
13. Brownscombe JW, Danylchuk AJ, Chapman JM, Gutowsky LF, Cooke SJ. Best practices for catch-and-release recreational fisheries–angling tools and tactics. Fisheries Research. 2017, 186: 693-705.

ISSN: 2594-6153

14. Albano CJ, Vasconcelos EC. Análise de casos de pesca esportiva no Brasil e propostas de gestão ambiental para o setor. Brazilian Journal of Environmental Sciences. 2013, 28: 77-89.
15. Clauzet M, Dopona APB, Ramires, M, Chamy P. Potencial do turismo de base comunitária na comunidade da Barra do Una, Peruíbe, SP. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação. 2015, 3 (7): 01-12.
16. Lopes KS. Plano de uso para a pesca esportiva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã-PUPE/RDSU. Manaus: RDS, 2009.
17. Prates APL, Azevedo Irving M. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. Revista brasileira de políticas públicas. 2015, 5 (1): 27-57.